

FONTE : Amazonas em Tempo / Manaus CLASS. : 128
 DATA : 25 07 91 PG. : 4 / Cidades

Fearnside teme abertura das áreas indígenas

Por Inácio Oliveira

O Código Amazônico, lançado pelo governador Gilberto Mestrinho, é uma proposta catastrófica em termos ambientais no que se refere a abertura das áreas indígenas para as atividades das madeiras segundo afirmou ontem o pesquisador Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

O pesquisador contestou ontem as razões atribuídas pelo Governo Federal que levaram à uma redução no nível de desmatamento que vem ocorrendo na Amazônia. Por um lado, o Governo diz que as ações de repressão com aeronaves e a eliminação do incentivo fiscal aos projetos agropecuários causaram essa redução de desmatamento, enquanto o pesquisador aponta para a crise econômica como o fator que inibiu novos investimentos.

Fearnside justifica como sustentação de sua tese a existência de itens na declaração do Imposto de Renda que beneficiam as madeiras com redução de imposto. Ele diz também que o País necessita de uma legislação que seja mais dura para evitar investimentos que depredem as áreas de floresta tropical.

O pesquisador, do Departamento de Agroecossistemas do INPA, fez esse comentário ontem a noite em sua palestra "O Desmatamento da Amazônia e seus Impactos" proferida no auditório do Sesc, na programação dos 37 anos de implantação do órgão no

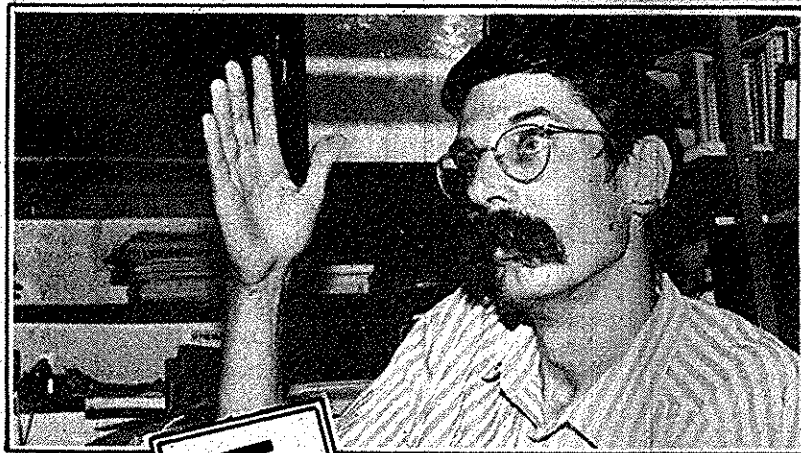
Amazonas.

Em sua palestra, o pesquisador reconhece que houve diminuição de desmatamento na região nos últimos três anos, mas afirma que as taxas atuais ainda são altas. Ele disse que quando foram registradas essas reduções, o Governo ainda mantinha os incentivos fiscais para os projetos agropecuários.

Segundo ele, entre 1978 e 1988, o desmatamento na Amazônia atingia 22 mil quilômetros quadrados por ano; de 88 a 89 o índice subiu para 19 mil quilômetros quadrados e até 90 foi de 13,8 mil. O pesquisador mostra-se cético quanto a essa diminuição para o futuro.

Fearnside está preocupado com o pós-crise econômica do País, que pode surpreender os pesquisadores com a atual legislação que voltará com mais vigor ainda para o desmatamento. Ele aponta a cobrança de pesados impostos sobre a especulação imobiliária, principalmente sobre os grupos que revendem terras. Diz também que a legislação tem que mudar no sentido de que o desmatamento não seja considerado como benfitoria, como ainda o é hoje.

Com o atual desmatamento, ele aponta que os estudos do INPA pelos quais a continuar a média dos últimos anos, o desmatamento na Amazônia brasileira contribuirá para o efeito estufa com 6% como um todo, que somados à queima de petróleo e carvão no Brasil, chegará a 7% por ano.



Ronaldo Assis

F

Fearnside: taxas de desmatamento ainda são elevadas

Sua preocupação com as medidas para reduzir sensivelmente o desmatamento é manifestada pelos números que hoje envolvem as causas do terrível efeito estufa. O Brasil, que não tem nem 7% da população do mundo apresenta alto índice de poluição de gases por desmatamento. Ele ressalva que a poluição brasileira por gases fósseis não atinge 1/5 mesmo tendo importante papel no desenvolvimento da economia do País como transporte, energia e gás de cozinha, entre outros.

O pesquisador condena também a política de reflorestamento para absorver a quantidade de gases produzido pela queima de árvores. Ele diz que o replantio tem que ser muitas vezes superior ao volume de árvores derrubadas.

O efeito estufa é um fenômeno em que os gases no ar funcionam como um grande cobertor porque ficam prendendo o calor na atmosfera. Caso a atmosfera receba mais gases poluentes das florestas e fós-

seis, isso vai impedir que os gases se dispersem causando mais efeito no Pólo Norte do que no Equador — haveria inundações por aumentos de marés. Outro efeito seria prejudicar as regiões produtoras de grãos como na Argentina, Austrália, América do Norte e Europa.

Os argumentos do pesquisador do Inpa seguem ainda pela proteção da floresta amazônica ao citar que os países produtores de madeira estão acabando com suas reservas. Ele lembra que a África, Ásia e Indonésia já têm suas reservas limitadas para atender o mercado internacional. Após esgotarem esses mercados, a Amazônia será o pólo central para esses interesses.

Nesse aspecto, Philip Fearnside volta a defender o fortalecimento de uma legislação hoje para evitar as grandes pressões internacionais, principalmente das empresas japonesas que se voltarão sobre a floresta amazônica quando terminarem as florestas tropicais ainda hoje existentes no mundo.

